

ÁREA DE PROTEÇÃO À EXPRESSÃO: UM ESTUDO DE RELAÇÕES DISCURSIVAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Gleici Heringer

*Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Feres
Mestranda*

O ser humano usa a linguagem para pensar, se comunicar, agir, para trocar experiências, compartilhar conhecimentos, para interagir com seus pares. Portanto, é através da linguagem que o homem pode exercer o poder de transformar tanto a realidade em que vive quanto a si mesmo. Nesse sentido, Charaudeau (2010) afirma que “a linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem”.

No entanto, esse poder nem sempre é exercido de forma simétrica. Nos espaços de interação, os discursos produzidos podem revelar conflitos desencadeados por diferentes posicionamentos inscritos na e através da linguagem. Charaudeau concebe a linguagem como “objeto não transparente”, implicado pelo contexto sócio-histórico. Para esse estudioso da Análise do Discurso, os seres de fala envolvidos no ato de linguagem possuem múltiplas competências as quais não residem “unicamente na aptidão para representar o mundo por um explícito languageiro, mas na aptidão para significar o mundo como uma totalidade que inclui o contexto sócio-histórico e as relações que se estabelecem entre o emissor e o receptor.” (Charaudeau, 2010, p.17)

Dessa forma, essas relações revelam que o ato de comunicação é um jogo de manipulação que objetiva fazer com que o interlocutor acredite naquilo que se enuncia. Segundo Fiorin “a linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela o é na medida em que é produção de sentido. Maingueneau, concebe a linguagem “apenas na medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas”.

Considerando essa abordagem da relação do elemento linguístico com o elemento social, constata-se que as relações de poder são construídas e evidenciadas no espaço discursivo. Nele, os sujeitos estão constantemente objetivando influenciar o interlocutor, tentando convencê-lo de seu posicionamento ou motivando-o a agir.

Assim, à luz dos pressupostos da Análise do Discurso de Patrick Charaudeau, com destaque para o pressuposto de que

todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem. Isso nos leva a colocar que o ato de linguagem não é totalmente consciente e é subsumido por um certo número de rituais sociolinguageiros. (Charaudeau, 1983),

estudamos os discursos de resistência construídos por agricultores diante de uma política de silenciamento empreendida por especialistas ambientais e representantes do poder público ao longo do processo de criação da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima nos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar, situados na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

A criação dessa Unidade de Conservação, através do Decreto Estadual de número 29.213 de 14 de setembro de 2001, é fruto de uma decisão governamental objetivando a preservação de uma importante área de Mata Atlântica, além de nascentes do Rio Macaé, curso d'água que apresenta grande importância econômica para indústrias do setor energético localizadas no município de Macaé, que faz divisa com o município de Nova Friburgo. A instituição da Unidade de Conservação traz profundas mudanças não só em relação às técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas pelos agricultores, mas também, por consequência, mexe com sua identidade construída, dentre outros fatores, de acordo com a relação que possuem com a terra, com a natureza e com o trabalho. A decisão de criação da APA foi comunicada à população local através da colocação de placas informativas contendo as restrições com as quais a partir de então teriam que conviver. Tal estratégia contraria o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) quando prevê que

a categoria APA pretende conciliar a proteção ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais e mantém a propriedade privada dos imóveis; para tal, o Estado deve promover um ordenamento territorial, cujo **planejamento e gestão se baseiam em instrumentos**

democráticos e participativos, conforme a legislação em vigor propõe. As condições em que ocorre a participação das populações locais nesse processo envolvem questões relativas às suas práticas de cidadania em defesa daquilo que acreditam ser seus direitos (Rego, 2010 _ grifo nosso)¹.

Portanto, os agricultores da região passaram a encarar a criação da APA como uma imposição governamental de restrição aos seus direitos tradicionais, iniciando-se, assim, um processo de conflitos. Nesse cenário, ocorrem dificuldades ligadas à linguagem entre os atores envolvidos nesse espaço comunicativo. Um dos motivos dessas dificuldades é o fato de o discurso dos técnicos e autoridades não ser acessível a seus interlocutores: os agricultores. Consequentemente esses últimos reagem, diante da dificuldade de se colocarem como sujeitos nesses espaços de comunicação. Essa exigência do direito de voz por parte dos agricultores é instituída, em sua maioria, nos discursos materializados em cartas enviadas a autoridades e atas construídas pela Associação que os representa e que são objetos de análise na pesquisa em questão. A única amostra de corpus que não configura-se como discurso produzido por entidade representativa é a fala de um agricultor, que veremos na amostra de análise mais adiante, transcrita em uma tese de doutorado produzida por uma estudiosa das técnicas de uso do solo no âmbito da APA. Logo, o *corpus* é constituído dos discursos de resistência que aparecem nas comunicações dos agricultores por meio da associação que os representa.

Pressupostos teórico-metodológicos

De acordo com os pressupostos de Charaudeau acerca dos *espaços de linguagem* que compõem a totalidade discursiva, é no âmbito do *circuito externo* desse ato – *lugar do fazer* -que os agricultores tentam fazer valer suas subjetividades, firmando-se como sujeitos sociais, capazes de agir. Essa ação sobre o mundo ocorre no *circuito interno* da linguagem – *lugar do dizer*. Logo, é no campo da significação do ato de linguagem, que o sujeito ocupa uma função ativa no processo de produção e, numa relação de reciprocidade, tal significação para ele retorna a fim de constituí-lo como

¹“Paraisos perdidos ou preservados? Os múltiplos sentidos da cidadania em áreas de proteção ambiental”_ Tese de Doutorado de Virgínia Villas Boas Sá Rego, apresentada no Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2010.

sujeito. Dessa forma, o sujeito é uma abstração que o torna *protagonista* dos processos de produção e de interpretação da significação, os quais estão subordinados também aos lugares que esse sujeito ocupa no ato de linguagem. Tais *protagonistas* norteiam-se por suas intencionalidades, pelas imagens que constroem não só acerca de seus parceiros de linguagem, como também de si próprios. Além disso, os sujeitos organizam seus discursos por meio das considerações que fazem sobre as circunstâncias de discurso. Tais *imaginários sócio-discursivos* são evidenciados nos circuitos externo e interno do ato de linguagem.

A capacidade de reação, por meio do ato de linguagem, por parte dos agricultores gera o que a professora Eni Orlandi denomina “discurso de resistência”, através do qual o indivíduo pode exercer seu direito de repercutir a respeito de um discurso de censura, construído de acordo com papéis exercidos por sujeitos-locutores, imbuídos de intencionalidades, nos espaços de comunicação. O discurso de censura é a expressão de políticas de silenciamento nas quais as relações de poder entre sujeitos são instituídas nos discursos construídos nesse espaço, reiterando práticas de manipulação e abuso de poder. Nesse sentido, ao abordar a questão da *materialidade discursiva*, Orlandi cria o termo *língua de espuma* para definir “uma língua vazia, prática de um sentido imediato em que os sentidos não ecoam” (ORLANDI, 2011, p. 99).

A “língua de espuma” relaciona-se ao gerenciamento de atitudes ligadas a ações como “tomar a palavra”, “tirar a palavra”, “obrigar a dizer”, “fazer calar”, “silenciar” (Orlandi, 2011, p.29). Esse tipo de *política* resulta em uma dupla dimensão observável: aquela ligada ao opressor que preside tais posicionamentos e, por outro lado, à dimensão do oprimido, objeto-alvo da política de silenciamento. A última pressupõe a negação do direito de fala, por meio da qual é possível ao sujeito se posicionar acerca de um fato e, inclusive, acerca do próprio fato de ser silenciado. O silenciamento constitui *censura* que, nas palavras da autora, “é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições.” (*Op. Cit.* p. 104)

No entanto, por maior que seja a força da censura, o sujeito possui o poder de a ela resistir. Tanto a *censura* quanto a *resistência* podem ser objetos de análise no que diz respeito ao processo de produção de sentido. No recorte feito em nossa pesquisa, as análises recaem mais detalhadamente sobre os últimos, embora não seja possível abordar a questão da resistência sem falar dos discursos de censura, ainda que de forma

superficial. Assim, como vimos, esse processo de produção é construído por meio da indissociável relação entre *forma* e *sentido*. Uma determinada situação social é dita por meio da forma e do significado. Há, conforme Van Dijk (2015, p.13), “casos nos quais as estruturas de dominação influenciam não só as opções ou variações do uso linguístico ou do discurso, mas também os sistemas semióticos ou discursivos como um todo, os gêneros e outras práticas sociais.”

Relacionamos essa capacidade de *resistência* aos pressupostos da Semiologia no tocante à análise dos circuitos *interno* e *externo* da linguagem. Patrick Charaudeau (2013, p. 70-71) analisa os *dados internos* do ato de discurso, defendendo que ao sujeito cabe a responsabilidade de lidar com as restrições situacionais a fim de construir seus discursos em função dos *comportamentos linguageiros* esperados “quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, apreendidos, reconhecidos.” Ele divide tais comportamentos em três espaços: o de *locução*, o de *relação* e o de *tematização*. O primeiro desses espaços, é o lugar da *tomada da palavra*, é onde o sujeito se institui como falante. É o espaço através do qual esse sujeito “deve, de algum modo, conquistar seu direito de poder comunicar”. (*Op. Cit.*, p. 71). O espaço de *relação* relaciona-se à construção da própria identidade tanto de locutor, quanto de interlocutor, instaurando-se as “relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor.” (*Op. Cit.*, p. 71). Já o espaço de *tematização* relaciona-se ao tema da troca comunicativa. Sendo esse tema imposto pelo contrato de comunicação, cabendo ao sujeito falante aceitá-lo, rejeitá-lo, deslocá-lo ou, ainda, propor um outro tema. Ao fazer uma dessas escolhas, o sujeito pode, para isso, escolher um dos Modos de organização discursivo ou um *modo de intervenção* de acordo com as restrições situacionais.

Portanto, a capacidade de resistência se faz no *circuito interno* do ato de linguagem, *lugar do dizer*, através do qual o sujeito possui o poder de elaborar discursos que constroem identidades capazes de reagir a situações que considerem opressivas. Nessa interação entre sujeitos, os discursos de *censura* e de *resistência* são construídos de acordo com o grupo social aos quais tais sujeitos pertencem. A fim de analisar os discursos produzidos nesse âmbito interno, utilizamos, também, o instrumental teórico de Orlandi e Coseriu para analisar os processos de *referenciação e designação*, os quais se configuram como recursos linguísticos para a construção de sentido, de acordo com a

situação de comunicação e as intencionalidades do falante durante o processo de construção discursiva.

O processo de significação do mundo se realiza por meio da articulação de *forma e sentido*, dimensões discursivas indissociáveis, que podem ocorrer em diferentes sistemas semiológicos, realizada por um sujeito que visa influenciar outro sujeito. Tais sujeitos inserem-se em um mundo social que traz implicações sobre esse projeto de influência intersubjetiva. Nesse processo dialógico, as dimensões Semiótica e Discursiva constituem-se de forma recíproca, pois o fenômeno da construção de significados ocorre no próprio ato de produção, nas estratégias semiolinguísticas utilizadas para tal construção.

Assim, na pesquisa em questão, a análise do corpus guia-se pelos pressupostos da Semiologia uma vez que, para a análise do Discurso nessa linha, tanto a política de silenciamento quanto as atitudes de resistência a ela, são instituídas por meio da relação *forma e sentido*. São analisados nos discursos de resistência os Modos de organização através dos quais são construídos e as questões relativas aos conceitos de Sujeitos da linguagem.

De acordo com Charaudeau, os modos de organização do discurso inserem na cena da enunciação as identidades dos sujeitos que interagem no modo *enunciativo*. Ademais, fazem existir os seres e processos do mundo, ao nomear, localizar-situar e qualificá-los por meio do *descritivo*. Já as ações reais ou provenientes da imaginação humana são materializadas por meio do *narrativo* e, por fim, os conhecimentos obtidos pela experiência humana são materializados nas operações de pensamento inscritas no modo *argumentativo*. Tais modos são utilizados de acordo com as intenções do sujeito falante em relação ao seu interlocutor e, ainda, em relação à própria situação de comunicação na qual se encontra. Durante o processo de estudo, a análise dos Modos de organização dos discursos produzidos pelos agricultores nos leva a produzir inferências acerca das intenções desses sujeitos nos processos de construção dos discursos de resistência que são construídos por meio, principalmente, do *argumentativo*, do *descritivo* e do *enunciativo*.

Os pressupostos de Charaudeau sobre os *sujeitos da linguagem* merecem destaque em nossa pesquisa ao estudarmos os mecanismos discursivos de resistência a situações de imposição por meio de censura, pois, para Charaudeau, contrariando a visão pechetiana de que o sujeito é totalmente determinado por uma ideologia, defende

que este é apenas *parcialmente sobre determinado* na medida em que sofre as coerções das condições e situações de produção e daquelas ligadas às questões cognitivas. Esse sujeito é, pois, capaz de lançar mão de estratégias discursivas a fim de afirmar-se como indivíduo.

Diante da complexidade de fenômenos que envolvem o ato de se comunicar, a Semiolinguística, contrariando a visão reducionista de que a linguagem reflete o pensamento, defende que a concepção e a compreensão do mundo são construídas no próprio processo de construção da linguagem. Sendo assim, pensamento e linguagem constituem-se de forma recíproca, uma vez que o homem constrói e compreende o mundo por meio e durante o próprio ato de linguagem.

Considerando os circuitos externo e interno da linguagem, Charaudeau postula a existência de quatro sujeitos. Pertencentes ao *circuito externo* da linguagem, há os seres do fazer, configurados como EU comunicante (EUc) e o TU interpretante (TUi), ambos seres do espaço social. Cabe ao primeiro desses sujeitos a iniciativa do ato de linguagem e, ao segundo, a interpretação não só do material discursivo produzido por EUc, mas também a responsabilidade de fabricar uma imagem do próprio EUc, imagem essa que pode ou não corresponder àquela na qual EUc apostou ao criar sua imagem no início do ato de fala. Já o *circuito interno*, segundo Charaudeau, está relacionado ao âmbito do *dizer*, sendo esse o circuito responsável pela configuração discursiva do ato, sob a responsabilidade dos *protagonistas da cena enunciativa* (Charaudeau & Mangueneau, 2006, p. 201), seres de fala denominados EU enunciador (EUe) e Tu destinatário (TUD). O enunciador é um sujeito construído pelo discurso, ocupando um duplo espaço no âmbito da enunciação, o de condição para sua existência e, ao mesmo tempo, o resultado dessa enunciação. Dentre os *protagonistas da linguagem*, seres pertencentes ao circuito interno da linguagem, EUc, investido de intencionalidade, idealiza um interlocutor, denominado TU destinatário, que vá aderir ao seu projeto de fala. Dessa forma, TUD está sempre presente, de forma explícita ou implícita, no ato de linguagem, mantendo-se sob o domínio do comunicante.

Assim, ao analisar a construção dos discursos de resistência, esses estudos de Charaudeau a respeito dos sujeitos da linguagem são bastante pertinentes, uma vez que os agricultores os produzem de acordo com as considerações que fazem de si próprios, dos seus interlocutores e, ainda, das considerações a respeito do próprio ato de linguagem.

Uma breve amostra de análise de corpus

A seleção dos *corpora* para a pesquisa obedeceu ao critério da regularidade de marcas discursivas usadas por agricultores na construção de seus discursos de resistência em relação ao silenciamento a eles imposto durante o processo de implantação da APA Macaé de Cima. Com o intuito de apenas exemplificar tal tipo de construção utilizaremos, nesse artigo, o discurso do agricultor Manoel, construído como resposta a uma pesquisa de doutorado sobre as restrições às práticas agrícolas tradicionais que versam especificamente sobre a supressão de vegetação (*capoeira*) em área de pousio. Eis o trecho:

Você acha que deus seria burro de botar o homem na terra sem poder destruir a *capoeira* para poder plantar para sobreviver? Ele sabia que o homem teria que destruir o verde para plantar para sobreviver. Então, agride? Não agride. (...) Tudo que você planta para sobreviver é natureza: o milho, o feijão, a soja, tudo é natureza. Porque se você depende disso para sobreviver, é a natureza. Existe outro meio de sobrevivência para o ser humano? Não existe. (Carneiro, 2010: 32)

Numa análise superficial, pode-se observar o uso do Modo enunciativo por parte do sujeito-agricultor, como um traço que deixa transparecer que esse sujeito se sente capaz de se instituir no discurso ao manifestar sua subjetividade, seu posicionamento diante da questão da supressão de vegetação na área destinada ao plantio. Imbuída de *motivação* e *engajamento* em relação ao propósito comunicativo, a *identidade discursiva* alicerça seu discurso de resistência à proibição do corte da *capoeira*. Aliás, o uso desse último termo, revela mais um aspecto na construção da resistência por meio do discurso. É que, ao utilizar a designação “*capoeira*”, o enunciador constrói sua resistência ao uso do termo “área de pousio” que o substitui nos discursos oficiais produzidos por ambientalistas e autoridades. De acordo com o saber tradicional, o termo “*capoeira*” é utilizado pelos agricultores para designar a vegetação que cresceu na área do solo intencionalmente deixada para “descanso” - outro termo utilizado pelos sujeitos-agricultores e desconsiderado pelos especialistas ambientais. De acordo com os saberes e práticas tradicionais da agricultura, depois do período de descanso, a *capoeira* é cortada para que ocorra o plantio, no entanto, após a implantação da APA, o agricultor que utiliza essa técnica é punido com multas e, no início do processo, chegava a sofrer violência física por parte da Polícia Florestal. Logo, os significantes aqui destacados remetem a diferentes interpretações de sentido. Sentidos esses que estão diretamente ligados aos conflitos entre agricultores e especialistas

ambientais. Para Rajagopalan², “é preciso pensar além da semântica dos nomes próprios para encarar o fenômeno de nomeação como um ato eminentemente político”.

O posicionamento do falante-agricultor é defendido por meio do Modo argumentativo, ao afirmar que a ceifa da vegetação é necessária, pois só assim a produção de alimentos, indispensáveis para a sobrevivência, será possível. Por outro lado, o enunciador faz duas perguntas, atitude discursiva que poderia nos fazer acreditar que o comportamento alocutivo é predominante nesse ato de linguagem. No entanto, o próprio enunciador responde tais perguntas, o que nos faz defender que ele não implica o interlocutor, pelo contrário, sua mensagem é autor referencial na medida em que ele não espera um posicionamento de seu interlocutor.

O argumentativo é, dentre os Modos de organização do discurso, outro recurso através do qual o sujeito falante defende sua posição favorável ao corte de vegetação. Por meio do argumento de que Deus dá o aval para que os agricultores suprimam o verde para o plantio de alimentos, enquanto único meio de sobrevivência para o ser humano, esse sujeito tenta convencer o seu interlocutor que, no caso, configura-se como os especialistas ambientais e autoridades governamentais. Ainda de acordo com os estudos a respeito de como o falante organiza seu discurso, é por meio do descritivo, que o falante constrói uma imagem de que não há diferenciação entre a vegetação não alimentícia e aquela que serve como alimento para o ser humano, afirmando que “tudo é natureza”.

Em relação aos pressupostos da Semiologia acerca dos sujeitos da linguagem, pode-se perceber que o EU comunicante tenta construir uma imagem de EU enunciador que fala a partir de uma legitimidade construída tanto pelo fato de ter o aval de Deus quanto de responsável pela sobrevivência humana por ser o provedor de alimentos.

Essa é uma análise superficial de um componente do conjunto de discursos produzidos pelos agricultores, os quais serão utilizados após nosso recorte, dentre um universo de discursos produzidos no contexto em questão. O instrumental teórico escolhido oferece mais subsídios para outras análises, as quais são utilizadas com mais profundidade durante o processo de pesquisa em andamento.

²Designação – A ARMA SECRETA, PORÉM INCRIVELMENTE PODEROSA, DA MÍDIA EM CONFLITOS INTERNACIONAIS.

Esperamos, ainda, por meio da pesquisa, observar se, após quatorze anos de implantação da APA Macaé de Cima, os discursos de resistência construídos pelos agricultores contribuíram para a democratização nos espaços decisórios da Unidade de Conservação, nos quais os agricultores são ouvidos e respeitados no tocante a questões linguísticas.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. Linguagem e discurso. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. Dicionário de Análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2006.

COSERIU, E. Lições de Linguística Geral. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1980.
Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008, 2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/indigna%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 30-05-2015].

FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 1990. P.52.

KOCH, I.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A.C. (orgs.) Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, D. Novas Tendências em Análise do Discurso. Campinas: Pontes Editora da Unicamp, 1997, p.11.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores e Território – práticas e saberes. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2010.

ORLANDI, E. P.. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes: 2012.

RAJAGOPALNA, Kanavillil. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REGO, Virginia Villas Boas Sá. “Paraísos perdidos ou preservados? Os múltiplos sentidos da cidadania em áreas de proteção ambiental”_ Tese de Doutora do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2010.

VAN DIJK, T. A. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2015.